

“Independência ou morte!”: a teoria da dependência em debate

[“Independence or death!”: the dependency theory in debate]

Flores Giorgini¹

Paulo Teixeira Iumatti²

RESUMO • O dossiê resulta de debates realizados em um colóquio em Paris, em 2022, com pesquisadores de diversos países para discutir a “teoria da dependência”. A perspectiva da dependência ganhou destaque mundial nos anos 1970, mas perdeu relevância nas décadas seguintes, especialmente após o esgotamento do ciclo revolucionário cubano. No entanto, algumas variantes, como a inspirada em Marini, Santos e Bamberger, persistiram. Além disso, a influência da teoria da dependência inspirou intelectuais como Anibal Quijano, que desenvolveu a noção de “colonialidade do poder”, e contribuiu para o projeto modernidad/colonialidad. Recentemente, uma nova geração de pesquisadores tem recuperado a perspectiva da dependência integrando as críticas decoloniais e pós-coloniais formuladas no começo do século XXI. • **PALAVRAS-CHAVE** • Teoria da dependência; pensamento social latino-americano; pensamento decolonial.

• **ABSTRACT** • The dossier is the result of debates held at a colloquium in Paris in 2022, with researchers from various countries to discuss “dependency theory”. Dependency perspective gained international prominence in the 1970s, but lost relevance in the following decades, especially after the Cuban revolutionary cycle came to an end. However, some variants, such as those inspired by Marini, Santos and Bamberger, persisted. In addition, the influence of dependency theory inspired intellectuals such as Anibal Quijano, who developed the notion of “coloniality of power” and contributed to the modernidad/colonialidad project. Recently, a new generation of researchers has reclaimed the dependency perspective by integrating the decolonial and postcolonial critiques formulated at the beginning of the 21st century. • **KEYWORDS** • Dependency theory; Latin-American social thought; decoloniality.

Recebido em 2 de abril de 2025

Aprovado em 9 de abril de 2025

GIORGINI, Flores; IUMATTI, Paulo Teixeira. “Independência ou morte!”: a teoria da dependência em debate. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10745.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10745

1 Université Sorbonne Nouvelle (Paris, Île-de-France, França).

2 Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

O presente dossiê nasce dos debates travados durante um colóquio organizado em Paris com o apoio do Centre de Recherche et de Documentation des Amériques (Creda) e do Centre de Recherches sur les Pays Lusophones (Crepal), ambos da Université Sorbonne Nouvelle, e com a colaboração da Freie Universität Berlin e da Universidade de São Paulo (USP), em novembro de 2022, por ocasião do bicentenário da independência brasileira. O evento reuniu vários pesquisadores ligados a instituições situadas na Alemanha, no Brasil, nos Estados Unidos, na França, na Índia, no Reino Unido e na Suíça. A proposta era questionar a ideia de independência nacional trazendo à tona aquela que é considerada uma das principais contribuições latino-americanas às ciências sociais ocidentais: a “teoria da dependência”. Tal noção reúne um conjunto de reflexões elaboradas no contexto brasileiro e latino-americano da segunda metade da década de 1960, num momento de crise do regime democrático e de esgotamento das esperanças infundidas pelo “mito do desenvolvimento” (FURTADO, 1974), bem como pelas descolonizações no Terceiro Mundo. Segundo os dependentistas, as independências latino-americanas do começo do século XIX não teriam sido capazes de romper com as estruturas de poder que se constituíram durante o período colonial no plano econômico e social. Ao contrário, a situação de dependência própria às antigas colônias ibéricas na América teria continuado a influenciar de forma substancial as dinâmicas socioeconômicas latino-americanas até a segunda metade do século XX. Mesmo após um período de desenvolvimento eufórico das economias latino-americanas, os teóricos da dependência constataram os limites do projeto de emancipação nacional pelo desenvolvimento que tinha dominado o discurso político e intelectual na década de 1950. Assim, no começo da década de 1970, o economista brasileiro Theotônio dos Santos observou:

[...] the dependence of Latin American countries on other countries cannot be overcome without a qualitative change in their internal structures and external relations. We shall attempt to show that the relations of dependence to which these countries are subjected conform to a type of international and internal structure which leads them to underdevelopment or more precisely to a dependent structure that deepens and aggravates the fundamental problems of their peoples. (SANTOS, 1970, p. 231).

As perspectivas sobre a dependência alcançaram um rápido sucesso internacional para além das fronteiras latino-americanas desde a primeira metade dos anos 1970. No entanto, a partir da década seguinte, o peso das noções desenvolvidas pelos dependentistas dentro dos debates em ciências sociais foi diminuindo de forma constante. Segundo o economista argentino Claudio Katz (2022, p. XII)³, 50 anos depois das primeiras reflexões sobre a dependência, e apesar da atualidade latino-americana estar mais afetada do que nunca pelos problemas da dependência, os instrumentos teóricos e conceituais elaborados pela “escola da dependência” perderam a importância que tiveram no passado. Segundo Katz, as razões desse declínio seriam primeiramente de ordem política e estariam relacionadas ao esgotamento do ciclo revolucionário cubano, inaugurado pela entrada dos “barbudos” de Fidel Castro na cidade de La Havana, em janeiro de 1959.

A mesma tendência já havia sido observada 30 anos antes pelo politólogo estadunidense Robert Packenham (1992). Com efeito, o autor sublinhava como, de forma paradoxal, fora justamente no país que talvez mais tivesse contribuído para a formulação da perspectiva sobre a dependência, através dos trabalhos de autores como Fernando Henrique Cardoso, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vania Bambirra, que os escritos sobre a dependência perderam mais rapidamente sua importância dentro do debate nas ciências sociais (PACKENHAM, 1992, p. 290). Todavia, nem todos os autores da dependência conheceram a mesma sorte. Tanto Packenham, no começo dos anos 1990, quanto Katz, 30 anos mais tarde, reconheceram que a única “variante” do dependentismo que perdurou para além da década de 1970 foi aquela inspirada nas contribuições de Marini, Santos e Bambirra – variante denominada pelo economista argentino de marxista (KATZ, 2022, p. XI; PACKENHAM, 1992, p. 188-199).

Diferente é o caso dos Estados Unidos, onde o interesse da comunidade acadêmica pela teoria da dependência não conheceu uma queda tão sensível como no caso latino-americano ou brasileiro da década de 1980. De forma mais geral, segundo Packenham (1992, p. 186), num dos capítulos do seu livro dedicado à recepção da teoria da dependência na América Latina, “*dependency ideas were less influential among intellectuals and scholars in Latin America than in the United States*”. O autor evoca várias razões para explicar tal diferença. Ele aponta, por exemplo, para o fato de que as ideias elaboradas pelos dependentistas constituíram uma verdadeira novidade para a comunidade acadêmica norte-americana, ao passo que no caso latino-americano o público já estava familiarizado com os debates em torno das problemáticas ligadas ao subdesenvolvimento antes mesmo dos primeiros escritos sobre a dependência. Para além disso, Packenham considera que o contexto político e acadêmico norte-americano dos anos 1960 e 1970, marcado não só pelo assassinato de J. F. Kennedy e pela guerra do Vietnã, mas também pelo aumento exponencial do número de jovens pesquisadores interessados pela América Latina e sensíveis às “perspectivas da dependência”, favoreceu a difusão das ideias dos dependentistas (PACKENHAM, 1992, p. 186-187). Isso fez com que, observa Packenham (1992, p. 238), “*The dependency movement in the United States has been a scholarly movement. It has*

3 O livro de Claudio Katz foi publicado primeiramente em espanhol, em 2018.

changed the substantive and epistemological parameters of scholarly thinking about Latin America politics, development theory and other topics”.

Para além de saber se de fato as ideias sobre a dependência foram mais ou menos influentes nos Estados Unidos ou nos países da América Latina, o caso estadunidense permite ilustrar a força das ideias dos dependentistas latino-americanos na transformação da maneira de pensar o desenvolvimento durante a segunda metade do século XX e sua capacidade de penetrar no coração mesmo do sistema capitalista mundial. Os autores latino-americanos da dependência questionaram a teoria da modernização produzida por autores dos EUA ao longo das décadas de 1950 e 1960. Preocupados com o problema do subdesenvolvimento no segundo pós-guerra, os teóricos da modernização opunham as sociedades “tradicionais” – situadas principalmente no chamado Terceiro Mundo, e caracterizadas pela preponderância do setor agrícola, bem como por baixas taxas de produção e altos níveis de pobreza – às sociedades “modernas”, marcadas pela centralidade do setor industrial e pelos altos níveis de participação política e urbanização de suas populações (KAY, 2019, p. 15-16). Essa perspectiva via o desenvolvimento como um processo, como um *continuum* unidirecional entre “subdesenvolvimento” e “desenvolvimento” – cujo modelo ideal eram as economias ao centro do sistema capitalista mundial (KAY, 2019, p. 16). Ao contrário, os dependentistas rejeitaram com força o dualismo entre sociedades tradicionais e modernas próprio à teoria da modernização e apontaram para o caráter histórico do subdesenvolvimento e suas profundas ligações com o passado colonial. Na visão dos teóricos da dependência, o subdesenvolvimento não era um estado original, um passado do qual os países desenvolvidos teriam conseguido se emancipar através de um processo de desenvolvimento autônomo. Para eles, o subdesenvolvimento dos países situados na periferia da ordem capitalista era o produto histórico do mesmo processo de desenvolvimento que tinha permitido aos países ocidentais alcançar sua posição hegemônica dentro do sistema econômico mundial (KAY, 2019, p. 17).

O “papel renovador” e a força da crítica latino-americana às “teorias convencionais do desenvolvimento capitalista” elaboradas nos países desenvolvidos, como foi sublinhado pelo politólogo brasileiro Francisco Weffort (1971, p. 3), que foi um atento observador da produção dos dependentistas no começo da década de 1970, explicam em boa medida o sucesso das ideias da dependência para além do continente americano. Assim, é importante sublinhar que, apesar do declínio do número de trabalhos sobre a teoria da dependência ou das referências explícitas à “escola da dependência” a partir da década de 1980, as vozes dos dependentistas continuaram ecoando até os nossos dias.

Isso se deu também pela influência que essa “escola de pensamento” teve sobre outros projetos políticos e intelectuais que marcaram a história recente da América Latina. Segundo Santos (2018, p. 45), um dos fundadores da perspectiva da dependência, o programa da Unidade Popular de Salvador Allende, que esteve no poder no Chile entre 1970 e 1973, e a teologia da libertação surgida no Peru com o sacerdote e filósofo Gustavo Gutierrez (1928-2024) tomaram a teoria da dependência como referencial analítico fundamental. Para além das fronteiras latino-americanas, o economista Cristobal Kay (2005) considera que Andre Gunder Frank, um dos atores

centrais das discussões sobre a dependência no Brasil, no Chile e no México na década de 1960, pode ser considerado também como um dos fundadores do teoria do sistema-mundo, ao lado do sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein.

Outros intelectuais latino-americanos que forjaram suas ideias no contato direto com os dependentistas passaram a ocupar um papel central nos debates das ciências humanas na época contemporânea. Podemos mencionar aqui o caso do sociólogo peruano Anibal Quijano, que, depois de ter participado das discussões sobre a dependência em Santiago do Chile na segunda metade dos anos 1960 (CLÍMACO, 2020, p. 25), elaborou a noção de “colonialidade do poder”. Essa perspectiva teve um papel central na reflexão dos autores reunidos em torno do projeto *modernidad/colonialidad* (projeto M/C), surgido no começo do novo milênio através da colaboração de vários intelectuais latino-americanos, como o sociólogo Ramon Grosfoguel, o filósofo Enrique Dussel e o semiólogo Walter Mignolo, entre outros. O papel de Quijano na elaboração da teoria da dependência é lembrado por Santos (2018, p. 7). De forma mais geral, Santos (2018, p. 45) considera que outros autores do projeto M/C teriam sido inspirados pelas perspectivas elaboradas pelos dependentistas da primeira hora, como o argentino Dussel.

Mais recentemente, o sociólogo Ramon Grosfoguel elaborou uma análise crítica do papel da teoria da dependência dentro da história intelectual latino-americana como base para fundamentar uma “perspectiva decolonial”, que teria permitido aprofundar a compreensão das assimetrias nas relações de poder globais – incluindo, significativamente, aquelas relativas à própria produção do conhecimento. O principal argumento de Grosfoguel é que a “teoria clássica da dependência” ainda permanece presa a uma perspectiva epistemológica eurocêntrica, embora progressista em muitos aspectos. Para o sociólogo porto-riquenho, a perspectiva decolonial teria permitido recolocar em questão não apenas a dependência econômica, mas também os fundamentos coloniais do conhecimento, do poder e da identidade no sistema-mundo moderno (GROSFOGUEL, 2000). Segundo esse autor, a perspectiva decolonial teria assim permitido levar em frente uma “segunda descolonização”, começada pela teoria da dependência na década de 1960, rompendo não apenas com a dependência econômica, mas também com as hierarquias raciais, étnicas, sexuais, culturais e de gênero. Como para os dependentistas, para os membros do projeto M/C, a “primeira descolonização foi incompleta”, tendo se limitado “à ‘independência’ jurídico-política em relação aos estados imperiais europeus” (GROSFOGUEL, 2000, p. 368 – tradução nossa).

Essas críticas inspiraram, no começo dos anos 2020, uma nova geração de pesquisadores que se reivindicam herdeiros ou mesmo pertencentes à tradição dependentista (OLIVEIRA; KVANGRAVEN, 2023, p. 1685), e que se propõem a elaborar novas pesquisas capazes de integrar as questões levantadas pelos autores decoloniais e pós-coloniais (KVANGRAVEN, 2021). Essas novas iniciativas, elaboradas a partir de instituições situadas no centro do sistema capitalista internacional em países como o Reino Unido ou os Estados Unidos, mostram o impacto de longo prazo das teorias da dependência latino-americanas na forma de pensar a história do desenvolvimento e os desafios do mundo contemporâneo.

É nesse contexto mais amplo que se insere o presente volume da *Revista do*

Instituto de Estudos Brasileiros – que retoma, por assim dizer, um debate que tem sido desenvolvido de forma mais esporádica, porém constante, em revistas e publicações acadêmicas brasileiras desde o dossiê publicado pela revista *Estudos Avançados* no final dos anos 1990 (EDITORIAL, 1998)⁴. Ele está composto de sete artigos, que trazem um conjunto diversificado de reflexões sobre a história, os rumos e o legado crítico da teoria da dependência. No primeiro deles, intitulado “Desenvolvimento como superação da condição colonial: a influência de longo prazo das formulações isebianas”, Rafael Ioris (University of Denver) procura apontar a abordagem multidimensional da dependência ensejada pelos autores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), incluindo aspectos sociais e culturais, além dos econômicos, e seu impacto no pensamento dependentista mais radical – o que sugere uma relação menos simplista entre as formulações de ambas as correntes.

Já Antonio Mota Filho (Universidade Federal de São Paulo), no artigo “The idea of dependence and its places”, parte do modo como Roberto Schwarz abordou a difusão das teorias formuladas no centro em direção à periferia do capitalismo para propor a compreensão de como as formulações “oriundas da periferia são apropriadas pela própria periferia”. Seguindo essa diretriz, ele analisa como as teorias da dependência dos anos 1960 e 1970 foram reapropriadas na África durante esse mesmo período. Apoiando-se em fontes primárias, seu enfoque está centrado, em particular, no exame da influência dessas teorias nas formulações do Instituto Africano para Desenvolvimento e Planejamento (Idep), especialmente quando esteve dirigido pelo economista egípcio Samir Amin.

No terceiro artigo do dossiê, intitulado “Teoria da dependência: as contribuições de Celso Furtado”, Roberto Pereira Silva (Universidade Federal de Alfenas) e Renata Bianconi (Universidade Federal de Alfenas) abordam o problema da inserção de Furtado nas discussões sobre a dependência e a própria teoria da dependência, seja como um de seus pioneiros, seja como um dos possíveis formuladores de uma de suas vertentes (a “estruturalista”), seja ainda como criador de uma “via própria” de compreensão da natureza da dependência. Em vista disso, os autores abordam como os trabalhos de Furtado formularam problemas e ofereceram respostas às questões debatidas nos trabalhos dos dependentistas – estes, porém, como interlocutores frequentemente ocultos. Nesse sentido, a procura de Furtado por refinar suas ideias acerca do subdesenvolvimento, salientando o papel crucial da dependência cultural e tecnológica ao longo dos anos 1970, ganha novos significados.

No artigo “Crise, deslocamento e reconversão: o Ilpes entre a tradição estruturalista e a crítica sociológica”, Darlan Praxedes Barboza (Universidade de São Paulo), Luiz Carlos Jackson (Universidade de São Paulo) e Fábio Silva de Souza (Universidade de São Paulo) procuram analisar o Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (Ilpes), situado na capital chilena, como um espaço central de reformulação teórica do pensamento latino-americano sobre o desenvolvimento no final da década de 1960, ultrapassando sua visão como mero reduto técnico ou extensão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Nesse sentido, buscam mostrar as disputas intelectuais que marcaram o

4 Ver, por exemplo: Martins (2011); Almeida Filho (2013); Ferreira; Osório; Luce (2015)

espaço – como aquelas, por exemplo, entre os grupos distintos de Osvaldo Sunkel e José Medina Echavarría –, defendendo sua importância para a reconfiguração de categorias analíticas sobre o subdesenvolvimento e a própria dependência.

Flores Giorgini (Sorbonne Nouvelle), em “A formação transnacional da teoria da dependência”, procura evidenciar o caráter heterogêneo e transnacional da teoria da dependência, dialogando com trabalhos que têm abordado sua recepção. Vale-se, para tanto, de uma análise de textos de Fernando Henrique Cardoso, escritos nos anos 1970, destacando-se, no artigo, a projeção internacional da teoria da dependência, bem como o contraste que existe entre a aparência de unidade sugerida por essa expressão e a heterogeneidade que na realidade a caracteriza.

Finalizam o dossiê dois artigos voltados para um campo mais amplo de reflexões. O primeiro, “As duas vertentes marxistas da teoria da dependência e seus limites: para uma nova síntese da economia política histórico-estrutural”, de Pedro Paulo Zahluth Bastos (Universidade Estadual de Campinas), procura realizar uma crítica da teoria da dependência no sentido de dar a ela possibilidades de continuidade no pensamento contemporâneo. Nesse sentido, ela é caracterizada como composta de duas vertentes marxistas: uma delas, enfatizando aspectos econômicos; outra, privilegiando uma perspectiva política. Segundo o autor, seria necessária uma nova síntese sobre a dependência, capaz de evitar tanto o “economicismo” como o “politicismo”, combinando a análise “das duas ordens de restrição estrutural e de processo histórico de modo sintético e dialético”. E, para tanto, haveria uma base sólida tanto na chamada “escola de Campinas”, como, e em particular, nas obras de Vânia Bambirra.

O último artigo do dossiê, de autoria de Gustavo Azenha (Columbia University), intitulado “‘Ontological predation’ and the conjuring of liberal fixations: ruminations on (inter)dependencies and ‘savage’ (dis)possessions”, parte dos questionamentos feitos por Fernando Henrique Cardoso no célebre texto “O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos” (1977) acerca das tentativas, por acadêmicos norte-americanos, de criar tipologias da dependência nas quais o grau de independência poderia ser definido – removendo, porém, as contradições e a natureza dialética da “(inter)dependência” – para procurar uma perspectiva teórica que coloque essa ideia básica, de forma bastante livre e criativa, em diálogo com conceitos da antropologia e da filosofia, tais como os de “predação ontológica”, “significados flutuantes” e perspectivismo. Com isso, o autor busca provocar um questionamento mais fundamental sobre o valor da própria noção de dependência e de nossa fé em superstições “selvagens” sobre a autodeterminação, nas quais a noção de dependência estaria imbricada.

SOBRE OS AUTORES

FLORES GIORGINI é doutorando em história na Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3 e integrante do Centre de Recherche et de Documentation sur les Amériques (Creda-UMR7227).

flores.giorgini@sorbonne-nouvelle.fr

<https://orcid.org/0000-0003-4836-659X>

PAULO TEIXEIRA IUMATTI é professor do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), tendo sido diretor do Centre de Recherches sur les Pays Lusophones – EA 3421 (Crepal) da Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3 entre 2021 e 2023.

ptiumatt@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-8038-6606>

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N. (Ed.). Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18337. Acesso em: abr. 2025.
- CLÍMACO, D. A. Prólogo a la primera edición. In: QUIJANO, A. (Ed.). *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: Clacso, 2020, p. 23-67.
- EDITORIAL. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 33, p. 1, ago. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/nK8sPBMZCT8798qPx4TVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: abr. 2025.
- FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- FURTADO, C. Le mythe du développement et le futur du Tiers Monde. *Revue Tiers Monde*, v. 15, n. 57, 1974, p. 57-68. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/tiers_0040-7356_1974_num_15_57_1986. Acesso em: abr. 2025.
- GROSFUGUEL, R. Developmentalism, modernity, and dependency theory in Latin America. *Nepantla: Views from the South*, v. 1, n. 2, 2000, p. 347-374.
- KATZ, C. *Dependency theory after fifty years*. Trad.: Stanley Malinowitz. Leiden; Boston: Brill, 2022.
- KAY, C. André Gunder Frank: from the “development of underdevelopment” to the “world system”. *Development & Change*, v. 36, n. 6, nov. 2005, p. 1177-1183. <https://doi.org/10.1111/j.0012-155X.2005.00455.x>.
- KAY, C. Modernization and dependency theory. In: CUPPLES, J.; PRIETO, M.; PALOMINO-SCHALSCHA, M. (Ed.). *The Routledge handbook of Latin American development*. London; New York: Routledge, 2019, p. 15-28.
- KVANGRAVEN, I. H. Beyond the stereotype: restating the relevance of the dependency research programme. *Development and Change*, v. 52, n. 1, 2021, p. 76-112. <https://doi.org/10.1111/dech.12593>.

- MARTINS, C. E. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- OLIVEIRA, F. A. DE; KVANGRAVEN, I. H. Back to Dakar: Decolonizing international political economy through dependency theory. *Review of International Political Economy*, v. 30, n. 5, 2023, p. 1676-1700. <https://doi.org/10.1080/09692290.2023.2169322>.
- PACKENHAM, R. A. *The dependency movement : scholarship and politics in development studies*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- SANTOS, T. The structure of dependence. *The American Economic Review*, v. 60, n. 2, May 1970, p. 231-236. <https://www.jstor.org/stable/1815811>.
- SANTOS, T. D. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Reedição ampl. e atual. ed. Florianópolis: Insular, 2018.
- WEFFORT, F. Notas sobre a "teoria da dependência": teoria de classe ou ideologia nacional? *Estudos Cebrap*, n. 1, 1971, p. 2-24. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/nota_sobre_a_teor_da_dependencia_a.pdf. Acesso em: abr. 2025.